



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Análise discursiva sobre o serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU em Picos

Discursive analysis on the public service of urban cleaning and RSU management in Picos

Paulo Israel Leal da Costa¹, Kary Emanuelle Reis Coimbra.²

Picos,
2017

¹ *Graduando em Administração pela UFPI;*

² *Professora da UFPI, mestre, orientadora.*

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

C837a Costa, Paulo Israel Leal da
Análise discursiva sobre o serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU em Picos / Paulo Israel Leal da Costa– 2017.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (37f.)
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.
Orientador(A): Prof.^a Ma. Kary Emanuelle Reis Coimbra

1. Agente de Limpeza Pública. 2.Trabalho-Discurso.
3.Limpeza Pública-Picos-Piauí I. Título.

CDD 658



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

PAULO ISRAEL LEAL DA COSTA

Análise discursiva sobre o serviço público de limpeza urbana e de manejo de
RSU em Picos

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a
presidência da primeira, considera a discente como:

Aprovado(a)

Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as
alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 05 de julho de 20 17.

Kary Emanuelle Reis Coimbra

(Orientador – Kary Emanuelle Reis Coimbra, Ma.)

Naira Luan Sousa Silva

(Membro 1 – Naira Luan Sousa Silva, Ma.)

Jakeline Rodrigues de Aquino Bezerra

(Membro 2 – Jakeline Rodrigues de Aquino Bezerra, Ma.)

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar os discursos dos atores relacionados ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU na cidade de Picos. Os discursos são práticas sociais responsáveis por promover relações com diversos sentidos entre seus interlocutores. No Brasil as diretrizes do serviço de saneamento, composto dentre outros pelo serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são definidas pela PNS, enquanto os princípios da gestão integrada de resíduos são instituídos pela PNRs. Na dinâmica social do trabalho a limpeza urbana é tida como uma “subcategoria” de trabalho destinada às classes de indivíduos excluídos socialmente. Esses grupos marginalizados são classificados pelo pesquisador Jessé de Souza como membros da “ralé brasileira”. Nesse contexto, podemos entender que a realidade do agente de limpeza brasileiro, o gari, o insere na dinâmica da “ralé brasileira”. Realizamos um estudo de caso com abordagem qualitativa, onde foram realizadas 12 entrevistas transcritas integralmente e trabalhadas por meio da análise do discurso na vertente francesa. Os principais resultados sugerem que Picos se encontra irregular perante às diretrizes da PNS e PNRs, as condições de trabalhos dos agentes de limpeza picoenses são precárias e a Prefeitura adota um discurso institucional e político sobre o serviço público de limpeza urbana e manejo de RSU.

Palavras-chave: Discurso. PNS e PNRs. Agente de Limpeza Pública. Trabalho.

ABSTRACT

This research aims to analyze the discourses of the actors related to the public service of urban cleaning and MSW management in the city of Picos. Discourses are social practices responsible for promoting relationships with different senses among their interlocutors. In Brazil, the sanitation service guidelines, composed of, among others, the public service of urban cleaning and solid waste management are defined by the PNS, while the principles of integrated waste management are established by the PNRs. In the social dynamics of work, urban cleansing is considered as a "subcategory" of work destined to socially excluded classes. These marginalized groups are classified by the researcher Jessé de Souza as members of the "Brazilian rabble". In this context, we can understand that the reality of the Brazilian cleaning agent, the gari, inserts him in the dynamics of the "Brazilian rabble". We carried out a case study with a qualitative approach, in which 12 interviews were transcribed integrally and worked through discourse analysis in the French language. The main results suggest that Picos is irregular in relation to the PNS and PNRs guidelines, the work conditions of the picoense cleaning agents are precarious and the Municipality adopts an institutional and political discourse on the public service of urban cleaning and RSU.

Keywords: Speech. PNS and PNRs. Public Cleansing Agente. Work.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que a necessidade de se comunicar seja um elemento intrínseco do ser humano, podemos afirmar que o discurso, enquanto meio de comunicação, se configura como elemento constitutivo do homem. Conforme destaca Figaro (2012), o ato de se comunicar é extremamente necessário para manutenção das relações sociais. Desse modo, ao compreendermos o discurso, em última análise, passaremos a entender o próprio homem posicionado no seu contexto social. Na prática, o discurso transcende os limites da simples

transmissão de uma mensagem. Orlandi (2008) identifica o discurso como elemento resultante das práticas sociais responsável por promover relações com diversos sentidos entre seus interlocutores. Portanto, ele também pode ser utilizado como mecanismo de controle, repleto de intencionalidades. Siqueira e Freitas (2004) complementam que o interlocutor é responsável por transmitir e interpretar o discurso, dessa forma, ao enuncia-lo evidencia traços do seu pensamento ideológico e do contexto das relações de poder a que pertence.

Os elementos de comunicação inerentes ao discurso o permitem adquirir diversos posicionamentos na sociedade. Desse modo, tomando por base as concepções de Lago (2006) e Passos (2009) podemos afirmar que os discursos passaram a ser utilizados como instrumentos de debate sobre causas ambientais logo após o final da Segunda Guerra Mundial em 1945; ganhando amplitude após a Conferência das Nações Unidas de 1972 realizada Estocolmo; as discussões iniciadas no evento inspiraram ainda inúmeros países a estabelecer legislações nacionais de proteção ambiental. Dentre as legislações ambientais brasileiras se destacam a Política Nacional de Saneamento (PNS) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A Lei nº 11.445/07 é responsável por regulamentar as diretrizes nacionais das atividades de saneamento, dentre as atividades que compõem o saneamento temos a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, “conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas”; o saneamento se configura ainda como responsabilidade do município (PNS, 2007). Já a Lei nº 12.305/2010 é responsável por instituir as diretrizes nacionais voltadas à gestão integrada dos resíduos sólidos, bem como classificá-los e indicar as obrigações pela sua disposição final; dentre os tipos de resíduos o município responde em sua totalidade pelos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) (PNRS, 2010).

Para Santos e Silva (2009) durante toda a história humana o lixo incorporou a representação de tudo o que não possui valor para a sociedade. Motta (2013) complementa que os aspectos sociais negativos atribuídos ao lixo transferiram à atividade de limpeza urbana às suas mesmas simbologias, com isso, historicamente essa atividade passou a ser destinada aos indivíduos excluídos socialmente. Dessa forma, na dinâmica social do trabalho a limpeza urbana é tida como uma “subcategoria” de trabalho, destinada a uma classe de indivíduos excluídos socialmente (CARRIERI, 2007). Nesse contexto Souza (2009) integra todas essas classes inferiorizadas a um grupo denominado por ele como “ralé brasileira”. Perdigão, Carrieri e Saraiva (2014) fazem assimilações à ideologia da “ralé brasileira” classificando grupos marginalizados socialmente, caso dos camelôs, como membros pertencentes a essa realidade. Sendo assim, podemos entender que a realidade do agente de limpeza brasileiro, genericamente chamado de gari, o insere no grupo de indivíduos pertencente a “ralé”.

Na cidade de Picos, localizada no estado do Piauí, a dinâmica do serviço de limpeza pública tem sido constantemente estudada, como ressaltam Bonfim, Gomes e Pinheiro (2014); Coelho, Rêgo e Moura (2015); Moura, Nascimento e Lima (2013). Os autores destacam as inúmeras lacunas na gestão do serviço, que revelam entre suas implicações o desrespeito à integridade física e moral dos agentes de limpeza pública, afronta essa capaz de ferir a dignidade da sua pessoa humana. Contudo, a observação cotidiana dos agentes de limpeza em suas atividades laborais, juntamente com o conteúdo midiático divulgado pela Prefeitura sobre os serviços de limpeza, nos fez identificar a carência de investigações que possibilitem compreender os sentidos que permeiam os discursos sobre o serviço, evidenciando assim, os elementos que os constituem de forma explícita ou implícita. Diante do exposto, destacamos a seguinte problematização: **quais os discursos dos atores relacionados ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU na cidade de Picos?**

Desse modo, buscamos investigar o questionamento proposto e oportunamente salientarmos outras discussões, através dos seguintes objetivos específicos: a) apresentar o serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU realizado em Picos, através da estrutura

administrativa municipal responsável pelo processo; b) identificar os discursos dos agentes de limpeza e de gestores municipais acerca do serviço; e c) confrontar os discursos dos atores investigados, identificando traços que convergem ou divergem da realidade adotada no município.

O trabalho está estruturado em cinco seções, a contar pela introdução, onde realizamos uma breve apresentação do assunto a ser tratado. Na seção seguinte temos o referencial teórico, onde são apresentados os conceitos sobre o discurso e os elementos que o constituem, as diretrizes da política ambiental brasileira que norteiam o serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU e o contexto sócio histórico do agente de limpeza brasileiro. Posteriormente expomos as escolhas metodológicas utilizadas na pesquisa, seguida da análise de resultados obtidos. Por fim, realizamos as conclusões sobre pesquisa, destacando os pontos considerados de maior relevância no trabalho.

2 O DISCURSO E SEUS DIVERSOS SENTIDOS

As concepções sobre discurso sempre estiveram fortemente associadas à temática da comunicação. Para Figaro (2012), a comunicação deve ser considerada como elemento constitutivo do ser humano, fazendo-se necessária para manutenção das relações sociais, dessa forma devemos analisar os componentes discursivos como essenciais para o entendimento do contexto dos seus enunciadores.

A princípio, apresentar uma única definição sobre discurso não se configura como tarefa simples. O conceito mais recorrente trata o discurso como elemento básico da comunicação; entretanto, na visão de Fischer (2001), amparado pelo pensamento do filósofo e historiador Michel Foucault, devemos deixar de tratar o discurso como mero elemento de referência. Nesse sentido, adotamos a concepção da pesquisadora Eni Orlandi, que aborda o discurso como um **conjunto de práticas sociais** responsáveis por promover relações de “**diversos sentidos entre locutores**”, sentido esse materializado através da **linguagem** e regido pela **ideologia histórica da memória**. Segundo a autora, os discursos formam ainda um **processo contínuo, inesgotável**, onde diversas coisas foram ditas antes e outras serão ditas depois (ORLANDI, 2008, grifo nosso).

Do mesmo modo, para compreendemos o processo de formação dos discursos, necessitamos primeiramente ampliar nossa compreensão sobre os elementos que o constituem. Dessa forma, podem ser descritos como essenciais à sua composição: o sujeito (interlocutor), o contexto social-histórico de fala, a linguagem, a ideologia e as relações de força/poder entre os discursos (SIQUEIRA; FREITAS, 2004).

A análise sobre as práticas discursivas se detém inicialmente sobre a observação do homem (sujeito). Entretanto, conforme esclarece Walsh (2011), o sujeito a quem fazemos menção no discurso não deve ser projetado a partir de concepções individuais, mas sim através de suas relações coletivas históricas e ideológicas. Na prática discursiva o sujeito é o responsável pelo processo de produção e interpretação da mensagem. Para Freitas (2009), durante a fala ele constrói e interpreta a mensagem de acordo com sua percepção sobre as circunstâncias do discurso e do receptor a quem a mensagem é dirigida. Nesse caso, o posicionamento adotado pelo sujeito é baseado em seu contexto sócio histórico e, por isso, não depende exclusivamente dele, mas também de todo o conjunto de relações sociais e ideológicas já existente na memória social (WALSH, 2011).

De acordo com Godoi, Coelho e Serrano (2014, p. 523) o contexto pode ser definido como “a dimensão mais ampla do texto, suporte das interpretações, que envolve as subjetividades, as ações, os objetos”. Sendo assim, a compreensão do discurso vai muito além do conhecimento sobre os elementos verbais, pois, ele se encontra intimamente relacionado com as condições sociais que dispõe o sujeito ao enuncia-lo.

A compreensão sobre a dinâmica subjetiva que envolve o contexto social dos discursos exige que analisemos a linguagem neles adotada. Figaro (2012) afirma que a realidade que envolve o discurso pode ser materializada por meio da relação entre enunciado verbal e contexto de sua enunciação, uma vez que, “a linguagem realiza a mediação do indivíduo com a realidade social; nesse sentido ela não é, e nem deve ser, encarada como neutra” (SIQUEIRA; FREITAS, 2004, p. 86). Desse modo, podemos afirmar que todo discurso possui uma intencionalidade que é despendida pelo sujeito, com fins de convencimento e persuasão. Nesse ponto, o entendimento sobre o discurso pode ser amparado pela técnica de análise discursiva, pois, conforme explica Orlandi (2005), ela busca interpretar os sentidos da linguagem, enquanto elemento constitutivo do homem e da sua história.

A busca pelos significados de um discurso interpassa pela ideologia que o compõe. O termo ideologia pode assumir vários significados, contudo, na perspectiva de Van Dijk (2008), podemos defini-la, como o conjunto de significados e representações que atribuímos a determinado objeto. Orlandi (2005) e Siqueira e Freitas (2004) complementam que é por meio do discurso que se articulam a ideologia e a linguagem, pois a língua materializa a ideologia para que ela atue através do discurso. Logo, temos que todo discurso ao ser transmitido reflete um conteúdo verbal originalmente criado no contexto social que vai tendo seu sentido alterado, de acordo com o posicionamento ideológico de quem o (re)transmite. A ressignificação adquirida pelo discurso no momento que é (re)transmitido proporciona ao seu conteúdo significados heterogêneos, uma vez que, a concepção ideológica e as condições do enunciador serão sempre distintas (WALSH, 2011).

O discurso também pode ser utilizado para defender ou combater determinada ideologia, por isso, é inegável a sua influência nas relações sociais. Nesse sentido, é preciso entender as relações de poder existentes no contexto, analisando como elas influenciam no posicionamento discursivo do sujeito (SIQUEIRA; FREITAS, 2004). Baseada pelo materialismo histórico de Marx, Walsh (2011) complementa que, as relações sociais estão condicionadas à luta de classes. Dessa forma, o discurso pode ser visto também como, instrumento de dominação de classes, responsável por manifestar o poder nas relações sociais. Do mesmo modo, quando o interlocutor defende suas concepções ideológicas seu objetivo é que elas promovam efeitos sobre outros interlocutores, o que baseado na relação de poder entre os sujeitos pode condicionar os discursos de indivíduos subordinados.

3 PNS E PNRs: AS DIRETRIZES DO SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA URBANA E DE MANEJO DE RSU NO BRASIL

A Política Nacional de Saneamento, instituída pela Lei nº 11.445/07 é responsável por estabelecer as diretrizes nacionais necessárias à execução das atividades de saneamento no Brasil. Conforme esclarece Salles e Machado (2008), o saneamento pode ser entendido como o conjunto de ações socioeconômicas voltadas a alcançar a salubridade ambiental, garantindo saúde da população. Dessa forma, a lei estabelece no seu art. 3º, inciso I, alínea “c”, que, dentre as atividades que compõe o serviço de saneamento se encontra a limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos “conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas” (PNS, 2007).

Dentre os princípios que compõe a PNS se destacam a universalização e a integralidade do saneamento. Essas duas diretrizes atribuem ao serviço a obrigatoriedade ir ao encontro de toda a toda à população, sem que haja distinções na qualidade oferecida a seus portadores. Por isso a política atribuiu ao município a responsabilidade sobre o saneamento, sendo ele obrigado a cumpri-la de forma direta ou através de concessão a empresas privadas (PNS, 2007). Para efetivar o serviço o município deve ainda elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico

(PMSB), contendo estudos e metas que auxiliem na execução dos serviços de limpeza urbana e manejo dos RSU, em caso de descumprimento o município poderá ser impedido de obter recursos federais para projetos de saneamento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE [MMA], 2011; PNS, 2007).

A PNS possui relação direta com outras legislações ambientais brasileira, dentre elas a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/10. Essa política é responsável por estabelecer princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações que devem ser tomadas pela União, de forma isolada ou através de parcerias com os Estados, Municípios e/ou particulares, visando a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos (PEREIRA NETO, 2011; PNRS, 2010). Em seu art. 1º, parágrafo 1º, temos que, estão sujeitas à observância dessa lei “[...] as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos” (PNRS, 2010).

A PNRS é considerada uma das políticas ambientais mais inovadoras já implantadas no Brasil, uma vez que possibilitou a criação de novas percepções sobre a gestão integrada dos resíduos (JACOBI; BESEN, 2011). Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004) podemos compreender os resíduos sólidos como resíduos nos estados sólido e/ou semissólido que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola e de serviços em âmbito geral, varrição e sistemas de tratamento de água. Conforme destaca Silva (2009), durante muito tempo a humanidade atribuiu aos resíduos sólidos uma denominação genérica de “lixo”. Entretanto, apesar de ainda bastante difundida no Brasil, essa concepção sofreu mudanças a partir da criação da PNRS, que separou o denominado rejeito do conceito de resíduos sólidos. No art. 3º, inciso XV, temos que os rejeitos são “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (PNRS, 2010).

A PNRS classifica os resíduos sólidos de acordo com sua origem ou periculosidade, sendo assim geradas obrigações distintas pela sua disposição final (Apêndice c). Dentre os tipos de resíduos o município é responsável em sua totalidade pelo Resíduo Sólido Urbano, definidos todos os rejeitos produzidos na área urbana, tais como os resíduos comerciais, residenciais e públicos, exceto, os que possuem legislação específica (ABNT, 2004). Portanto, é deles que se ocupam quase todas as atividades de saneamento.

Além de classificar e responsabilizar a destinação final dos resíduos a legislação aborda sobre o local considerado ambientalmente correto para dispor os rejeitos: o aterro sanitário. Essa técnica proporciona a disposição dos rejeitos no solo, sem causar danos à saúde e/ou segurança pública, minimizando os impactos ambientais (ABNT, 2010). Apesar da normatização instituída pela PNRS, segundo estudos da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2015), boa parte dos resíduos brasileiros, além de ainda serem compostos por rejeitos, recebem a destinação incorreta em lixões e aterros controlados. Os lixões são depósitos de “lixo” a céu aberto, enquanto os aterros controlados são soluções intermediárias entre o lixão e o aterro sanitário, que receberam algumas formas primária de tratamento do solo (SILVA; ALVES, 2016). Além disso, o transporte dos resíduos não deve gerar transtornos à população, com isso, é exigido que sejam utilizados veículos adequados para cada tipo de resíduo (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL [IBAM], 2014).

A PNRS exigiu inicialmente a extinção dos lixões até 2014. Entretanto, terminado o prazo, muitos municípios ainda se encontravam em situação irregular. Assim, em 2015 o Senado Federal estendeu os prazos, ficando instituído que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada: a) até julho de 2018, para capitais de estados e municípios integrantes de região metropolitana; b) até julho de 2019, para municípios com

população superior a 100 mil³ habitantes; c) até julho de 2020, para municípios com população entre 50 e 100 mil³ habitantes; d) até julho de 2021, para municípios com população inferior a 50 mil³ habitantes (PROJETO DE LEI [PL] Nº 425, 2014).

A política sugeriu também mudanças no modo de produção das organizações, exigindo delas o reaproveitamento dos resíduos. Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2015), a lei desenvolve primordialmente ações voltadas à não-geração de resíduos. Nesse sentido, ela incorporou a obrigatoriedade de execução da coleta seletiva e da logística reversa. A coleta seletiva consiste no recolhimento e separação de materiais para serem reciclados, enquanto a logística reversa consiste no processo de retorno de produtos, embalagens ou materiais já utilizados pelo consumidor final, ao seu centro produtivo (LIBANO; CRUZ JÚNIOR; SANTOS, 2011). Sem a coleta seletiva é praticamente impossível haver o reaproveitamento dos resíduos sólidos na logística reversa, por isso a legislação incumbiu aos municípios a responsabilidade sobre o processo (PEREIRA NETO, 2011).

Buscando promover uma maior eficiência de ambos os processos, a legislação estabeleceu o princípio da “responsabilidade compartilhada”. Dispomos no art. 3º, inciso XVII, que a legislação compartilha legalmente entre pessoas físicas (os consumidores), empresas (fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes) e titulares do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos gerados por si próprio (PNRS, 2010). Portanto, todos os indivíduos que se relacionam durante o ciclo de vida dos produtos, devem contribuir com a coleta seletiva e a logística reversa.

No que concerne aos titulares do serviço público, a lei exige, no prazo de dois anos contado da sua regulamentação, a criação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (JACOBI; BESEN, 2011). Esse planejamento deve ocorrer em todas as esferas do governo, através da elaboração do: Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS); Plano Microrregionais de Resíduos Sólidos (PMRS)⁴; e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Temos que, a base geral para os planos de gestão é o diagnóstico sobre os atores e as atividades pertencentes ao processo. Na visão de Pereira Neto (2011), um dos benefícios da elaboração do PMGIRS consiste na integração social dos catadores de material reciclável. Essa inclusão proporciona o fortalecimento da coleta seletiva. A criação do PMGIRS é obrigatória para municípios com mais de 20 mil⁵ habitantes, sendo ainda condição para obtenção de acesso aos recursos federais destinados ao serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em caso de descumprimento o município pode ter seu acesso cancelado (GÓES, 2011; PNRS, 2010).

Priorizando manter a organização das ações do serviço de limpeza urbana e de manejo de RSU, a PNRS vincula os planos de resíduos sólidos e os planos de saneamento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011). Portanto, temos que os marcos legais da limpeza urbana, em especial da gestão e manejo dos resíduos sólidos no Brasil, são definidos pela PNS, enquanto, os princípios da gestão integrada e sustentável de resíduos foram instituídos pela PNRS (JACOBI; BESEN, 2011).

3.1 O agente de limpeza pública no Brasil

O trabalho é tido como elemento fundamental na sociedade. É por meio dele que o homem adquire os recursos necessários à sua sobrevivência e organização enquanto ser social (MORIN, 2001). Conforme retrata Segnini (2004), as relações sociais promovidas na esfera do

³ População com base no Censo 2010.

⁴ Integra vários municípios. É aconselhado quando não há viabilidade do município realizar o gerenciamento dos resíduos de forma isolada. O município que faz parte do PMRS não precisa elaborar o PMGIRS;

⁵ Com menos de 20 mil habitantes, o município pode se incorporar ao PMRS ou criar um PMGIRS simplificado.

trabalho se constituem como resultado do processo de formação da própria sociedade; com isso, ele adquire significados distintos para o ser humano. Dessa forma, em países periféricos, como é o caso do Brasil, o trabalho adquire com maior facilidade um contexto de exploração, pois, como explica Dupas (1998), não existe nesses locais mecanismos capazes de satisfazer as necessidades básicas de toda a população.

A dinâmica territorial das cidades em países periféricos tende também a adquirir características de discriminação. Villaça (2001) define esse fenômeno como segregação espacial urbana, processo em que ocorre a separação de classes ou camadas sociais, de forma que elas se mantenham cada vez mais distantes em diferentes regiões gerais ou bairros da cidade. Lojkine (1997) complementa que existem três tipos de segregação: separação entre centro e periferia; separação entre as áreas de moradia popular e de moradia das classes mais privilegiadas; separação entre zonas destinadas a funções específicas, comércio, indústria, residência, etc.). Esse fenômeno é responsável por inúmeros problemas, dentre eles a falta de infraestrutura adequada para as classes mais pobres.

A partir desse cenário de desigualdade social o trabalho adquire um papel importante para o desenvolvimento de subjetividades. Carrieri (2007) explica que nas relações de trabalho os indivíduos com poder aquisitivo superior passam a ocupar os empregos ditos “formais”, enquanto aos demais indivíduos com poder aquisitivo inferior são destinadas as “subcategorias” de trabalho. Essas atividades tidas socialmente como inferiores se constituem como mecanismos de sobrevivência de classes desfavorecidas de recursos simbólicos. Souza (2009) denomina misticamente essas classes como integrantes da “ralé brasileira”, composta por diversos trabalhadores que através de lutas e sacrifícios buscam romper com os padrões de miséria absoluta (econômica, intelectual e cultural), que tipicamente constituem sua realidade. Nesse sentido, Perdigão, Carrieri e Saraiva (2014) realizam assimilações à ideologia da “ralé brasileira” classificando grupos marginalizados socialmente, caso dos camelôs, como membros pertencentes à realidade dessa “ralé”. Do mesmo modo, podemos entender que agente de limpeza brasileiro (coletores de lixo e garis da varrição), genericamente chamados de gari, é socialmente incorporado a essa realidade da “ralé”, uma vez que procura através do seu serviço apenas sobreviver.

O agente de limpeza pública é responsável por executar o serviço público de limpeza urbana e manejo dos RSU. Dados da Abrelpe (2015) revelam que existem mais de 353 mil agentes em todo o país, sendo (57%) empregados pelo estado através de concurso público ou empregado temporário. Os demais (33%) atuam de forma indireta, como funcionários de empresas terceirizadas pelos municípios para realizar o serviço. Esses agentes desempenham um importante papel na sociedade. Entretanto, para Santos e Silva (2009); Motta (2013) na história da humanidade o lixo incorporou a representação de tudo o que não possui valor para a sociedade, com isso seus aspectos simbólicos negativos se transferiram para atividades como à limpeza urbana, que por consequência passaram a ser historicamente destinadas a indivíduos excluídos sociais (prisioneiros, estrangeiros, escravos, ajudantes de carrascos, prostitutas, mendigos, etc.). Desse modo, podemos afirmar que as percepções negativas sobre o lixo também são atribuídas ao agente de limpeza pública à medida que ele desempenha uma atividade rejeitada pela sociedade.

Para Costa (2004) a simbologia negativa sobre o agente de limpeza contribui para que ele seja inserido no fenômeno denominado invisibilidade pública/social. Segundo o autor, esse fenômeno é resultado de dois elementos típicos da ideologia capitalista: a humilhação social, violência psicológica a subjetividade de um sujeito sobre outro sujeito; e o processo da reificação, no qual o homem é visto pelo que ele produz, com isso a forma de tratamento das relações humanas segue um processo mercadológico. Portanto, esse fenômeno é responsável por legitimar uma violação simbólica e material sobre o agente de limpeza, uma vez que

diariamente ele sofre não apenas com as dificuldades laborais pertinentes a sua profissão, mas também com aspectos sociais de inferiorização atribuídos a ele por meio do preconceito.

Os elementos sociais negativos que envolvem à rotina dos agentes de limpeza dificultam também que essa classe seja reconhecida na sociedade. Com isso, apesar sempre terem exercido uma atividade insalubre, marcada pela exposição a substâncias prejudiciais à saúde, bem como a condições ambientais desfavoráveis, apenas a partir de 2010 os agentes de limpeza obtiveram garantia sobre os benefícios de insalubridade e consequente aposentadoria especial⁶, entretanto a lei atribui formalmente esse direito a apenas os coletores de lixo, o que ainda gera desigualdade entre a própria classe (ARAÚJO JÚNIOR, 2009; PL N° 3.184, 2012).

4 METODOLOGIA

Essa pesquisa tem por objetivo analisar os discursos dos atores relacionados ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU na cidade de Picos. Em relação ao procedimento utilizamos o estudo de caso, pois ele proporciona um aprofundamento sobre o objeto analisado, ampliando o conhecimento do pesquisador (GIL, 2008).

Desenvolvemos o estudo por meio da abordagem qualitativa, por ela permitir ao pesquisador “captar” o fenômeno analisado, a partir da visão dos sujeitos envolvidos levando em conta os elementos mais relevantes (GODOY, 1995). A natureza da pesquisa foi classificada como exploratório-descritiva. A pesquisa exploratória possibilita maior familiaridade com o problema pesquisado, enquanto a pesquisa descritiva apresenta as características de determinado grupo ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis existentes (GIL, 2010; VERGARA, 2000).

Para a coleta de dados, utilizamos os seguintes instrumentos: entrevistas, observação livre e registros fotográficos com dados primários; e pesquisa documental como fonte de dados secundários.

4.1 Coleta e análise de dados

O serviço público de limpeza urbana e manejo de RSU de Picos é de responsabilidade da Secretaria de Serviços Público (SSP), em articulação com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAM). Ao todo 103 agentes de limpeza executam o serviço de limpeza urbana, sendo 96 garis e sete fiscais. É importante ressaltar que dentre os agentes de limpeza, existe ainda uma divisão de acordo com a natureza do seu vínculo empregatício, onde 24 ocupam a função como servidores titulares de cargos públicos (concurados) e os demais 79, atuam como servidores empregados temporariamente (contratados).

Para as entrevistas, realizadas no período de fevereiro a maio de 2017, foram selecionados de forma aleatória e por acessibilidade/disponibilidade dez agentes de limpeza, sendo: nove garis e um fiscal. Destes, dois são concursados e oito são contratados (incluindo o fiscal). Foram entrevistados também: o secretário da SSP; e o secretário da SEMAM atuante na gestão (2013-2016). O mandatário da SEMAM atuante na gestão (2017-2020) se recusou a participar da entrevista por conta do pouco tempo de atuação no cargo.

As entrevistas foram baseadas em roteiros semiestruturados, gravadas e depois transcritas de forma literal, preservando as falas dos entrevistados e proporcionando maior integridade das informações. A observação se ateve sobre as características dos sujeitos, o ambiente e as circunstâncias que envolvem o desenvolvimento de suas atividades. Os registros fotográficos se concentraram nos agentes de limpeza pública durante o exercício de sua função, sendo utilizados de maneira ilustrativa nos elementos de apêndice.

⁶ A legislação previdenciária permite que ele se aposente com apenas 25 anos de atividade.

Em relação à coleta documental, foram examinados dados fornecidos pelo *site* oficial da Prefeitura de Picos, incluindo 21 reportagens publicadas no *site* no período de janeiro de 2015 a maio de 2017. O material foi escolhido com base em sua relevância e adequação à pesquisa, com isso optamos por matérias relacionadas diretamente ao serviço de limpeza pública da cidade e/ou aos sujeitos em estudo. O período de investigação das matérias se deu por conta da atualização do *site* no ano de 2015 e consequente indisponibilidade de acesso a informações anteriores.

Os dados foram examinados por meio da Análise do Discurso (AD), seguindo os pressupostos da vertente francesa. Essa técnica de análise permite interpretar os sentidos verbais e não verbais produzidos nos discursos, sua realização baseada na concepção francesa possibilita ainda, compreendermos as relações entre sujeito, linguagem, história e ideologia existentes no discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Na seção de análise os agentes de limpeza foram identificados pela sigla “AL”, sucedido pela numeração correspondente a ordem das entrevistas, enquanto os secretários e o fiscal foram identificados pelo nome recorrente a sua respectiva função. Os depoimentos coletados foram apresentados por meio de uma escrita narrativa, os vocábulos dispostos em *itálico* reproduzem, literalmente, trechos dos depoimentos dos entrevistados, enquanto as seleções lexicais sublinhadas representam grifo nosso. O quadro 1 apresenta os procedimentos adotados ao realizar a AD.

Quadro 1 - Procedimentos de identificação e análise empregados na AD

PROCEDIMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE		ESCLARECIMENTOS SOBRE PROCEDIMENTOS/CONCEITOS
Identificação das estratégias de persuasão dos enunciadores	Análise Lexical	Análise do vocabulário usado no enunciado discursivo
	Criação de personagens discursivos	Atribuição de responsabilidades por parte do enunciador a um determinado “objeto” ou personagem. O enunciador pode também omitir a existência do personagem.
	Estabelecimento de relações entre as afirmações explícitas e implícitas	Explícita: a intenção argumentativa do enunciador se reflete claramente nos vocábulos que este utiliza para se expressar Implícita: o enunciador passa ao leitor de forma sutil e interativa uma ideia que por alguma razão não foi explicitada
	Silêncio sobre determinados temas	O enunciador omite sentidos possíveis, mas indesejáveis no ponto de vista sustentando. Assim, o leitor pode se esquecer dos aspectos omitidos, aumentando o grau de persuasão do discurso.
Dos aspectos interdiscursivos		Conjunto de discursos existentes dentro de outros discursos
Dos aspectos refletidos e refratados nos discursos		Todo discurso é ao mesmo tempo refletido linguisticamente, ou seja, preservado no seu sentido originalmente estabelecido, e refratado, isto é, reinterpretado conforme as referenciais e percepções dos enunciadores.
Das condições sociais de produção dos discursos		Se refere ao contexto e às condições reais de que o enunciador dispunha para que enunciasse o discurso daquela forma e não de outra qualquer. Identifica-se aqui a partir de quais elementos sociais o discurso é produzido.
Dos discursos presentes no texto.		Discursos são entendidos como produção social de textos.
Dos aspectos ideológicos defendidos no discurso		Nenhum discurso é neutro, ele necessariamente apresenta uma posição que é defendida. Em termos discursivos, ideologia se refere à intenção do texto socialmente em persuadir o receptor. Da mesma forma pode ser utilizada para se posiciona contra outras ideologias
Dos aspectos ideológicos combatidos no discurso		

Fonte: Adaptado de Perdigão; Carrieri e Saraiva (2014); Souza e Farias (2005).

As principais limitações encontradas para a realização desse estudo foram: obstáculos impostos pelos representantes municipais em conceder entrevistas, documentos comprobatórios sobre a atuação das secretarias e autorização (verbal ou escrita) para entrevistas com os agentes

de limpeza; receio dos agentes em gravar entrevistas por conta do “risco” de perder o emprego; e o acompanhamento dos percursos utilizados pelos agentes de limpeza, durante suas atividades cotidianas.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados se ateve aos discursos mais evocados pelos atores. Foram identificados como percursos semânticos os seguintes temas: a gestão do serviço público de limpeza urbana e manejo de RSU em Picos e as condições de trabalho dos agentes de limpeza.

5.1 A gestão do serviço público de limpeza urbana e manejo de RSU em Picos

Neste capítulo apresentamos os discursos sobre a gestão do serviço público de limpeza urbana e manejo de RSU em Picos, onde a Prefeitura adotou uma postura discursiva voltada a evidenciar os aspectos positivos da gestão, entretanto em alguns momentos surgiram elementos contraditórios, silenciados ou perceptíveis apenas de forma implícita no discurso. A temática da gestão é tratada pelos agentes de limpeza através de discursos sobre seu cotidiano, contudo eles desconhecem os aspectos formais adotados pela Prefeitura.

O serviço público de limpeza urbana e manejo de RSU em Picos é de responsabilidade da SSP em articulação com a SEMAM. Desse modo, compete à SEMAM: “*Formular e executar as políticas de gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente, cabendo-lhe desenvolver: o planejamento, a coordenação, a supervisão, a fiscalização e o controle das ações relativas ao meio ambiente e aos recursos hídricos*”. Enquanto, à SSP cabe: “*Zelar pelos serviços urbanos, exercendo todas as atividades ligadas à manutenção da limpeza no município, tais como capinação, varredura e lavagem das ruas, assim como também a execução dos serviços de coleta de lixo, com o fim de evitar possíveis danos à população*” (Prefeitura de Picos, 2017).

As seleções lexicais em sublinhadas demonstram que as secretarias desenvolvem o serviço de limpeza através de uma hierarquia na qual a SEMAM ocupa posição mais estratégica, enquanto a SSP desempenha função mais operacional. Os trechos “formular”, “políticas de gestão” e “desenvolver: o planejamento” evidenciam também, a obrigação da SEMAM em adequar à gestão do serviço público de limpeza urbana e manejo de RSU às diretrizes da PNS e PNRS, sendo assim, encarregada por elaborar o PMSB e o PMGIRS.

O discurso adotado pela Prefeitura torna implícita a ideia de que o município possui um planejamento ambiental e se encontra adequado às exigências da legislação. Observamos também através das seleções “exercendo todas as atividades” e “limpeza no município” que a Prefeitura atribui implicitamente à SSP a responsabilidade sobre a gestão do aterro sanitário. Os léxicos “coleta de lixo” e “evitar possíveis danos à população” revelam ainda implicitamente, traços ideológicos defendidos pela Prefeitura, enquanto Estado responsável pelo bem-estar social. Nas relações sociais é comum o discurso assumir um papel político (SIQUEIRA; FREITAS, 2004). A responsabilidade sobre o manejo de RSU foi considerado elemento silenciado no discurso.

Durante a entrevista, obtivemos do Secretário da SSP que são gerados diariamente em Picos uma média de 48 toneladas de RSU. Sua origem é bem diversificada, mas se concentra em maior parte na produção domiciliar e comercial. Por esse motivo, a Prefeitura realiza a coleta domiciliar “*todos os dias, em três turnos*”. O percurso dos coletores é dividido através de “*rotas na zona urbana com os coletores compactadores e na zona rural com caminhões de carroceria*” (Apêndice d, e). Ao questionarmos se toda a cidade recebe o serviço diariamente, ele informou que em alguns bairros a coleta domiciliar é realizada “*três dias por semana: quarta, quinta e sexta ou quarta sexta e sábado*”. Confirmamos com os agentes que os

caminhões de carrocera “*são alugado, ele rodava aqui no centro também, mas reclamaram que o líquido descia pro chão e ficava aquele mal cheiro, ai botaram ele em bairros mais afastados: Pedrinhas, Parque de Exposição, Cidade de Deus e um bocado mais” (E4).*

Observamos que a Prefeitura adota mecanismos de coleta distintos entre as localidades do município. O trecho “caminhões de carrocera” evidencia também que a coleta domiciliar é realizada fora dos parâmetros da legislação, que proíbe o uso de veículos que possam provocar o derreamento dos resíduos (IBAM, 2014). Constatamos que os locais em que ocorre a irregularidade no transporte são zonas afastadas do centro ou zonas periféricas da cidade. Identificamos ainda que apesar de garantir o acesso universal ao serviço, a Prefeitura demonstra que não promove a maximização da qualidade à toda população ao promover a distinção dos locais que recebem o serviço, com isso, ela infringe o princípio da integralidade do serviço de saneamento (PNS, 2007). Os motivos da distinção foram silenciados no discurso.

Buscando entender os motivos dessa distinção, indagamos aos agentes sobre os critérios adotados na execução dos serviços, onde fomos informados que “*a prioridade é o centro, o fiscal fala que ali é onde todo mundo entra e sai temos que dar prioridade. Os outros bairro não, cada dia tem um” (E1). Sendo assim, todos os dias as equipes de limpeza iniciam suas atividades em bairros distintos e, posteriormente “*desce pro centro, mó da feira. Se deixar ali [centro] sujo o fiscal briga com nós por causa dos comércio” (E8). Tomando por base a perspectiva de Villaça (2001) e Lojkine (1997) podemos afirmar que a dinâmica territorial de Picos é afetada pelo processo de segregação espacial urbana, fenômeno ocasionado pelas zonas comerciais localizadas no centro da cidade. Observamos que a Prefeitura é responsável por legitimar o processo, uma vez que prioriza a execução do serviço de limpeza no centro da cidade e torna precário o acesso à população da zona rural e periférica da cidade. Essa afirmação é confirmada por ambos dos agentes, que atribuem explicitamente a responsabilidade sobre os privilégios concedidos ao centro a um personagem discursivo, (o fiscal), figura representativa da autoridade da Prefeitura e responsável por refletir seu discurso.**

Nos léxicos “o fiscal fala” e “o fiscal briga com nós” os agentes se utilizam do interdiscurso, uma vez que, se apropriam do discurso do fiscal para representar sua fala. Nesse sentido, eles demonstram não saber ao certo os motivos que levam à Prefeitura privilegiar o centro da cidade, entretanto, sua condição de subordinação na relação de poder não o permite fazer contestações. O verbo “brigar” utilizado por um dos agentes demonstra também que a Prefeitura se utiliza do discurso como instrumento de intimidação dos agentes, por isso, ele assume o papel de manutenção das relações de poder (WALSH, 2011).

Apesar de não compreenderem os reais motivos da segregação espacial em Picos, alguns agentes afirmam que “*o secretário [da SSP] tá certo tem que colocar o pessoal pra trabalhar mais aqui no centro mesmo porque aqui é onde tem o movimento de gente né?! Entra gente de fora toda hora” (E5). Além disso, “*é onde tem mais população, tem que ficar limpo né?!” (E9). Nesse ponto, temos que os discursos dos agentes em alguns momentos incorporaram o posicionamento discursivo hegemônico da Prefeitura. Orlandi (2005) explica que as percepções dos sujeitos podem ser alteradas através dos discursos tendo por base a influência dos enunciadores. Apesar de adotar para si como coerente os privilégios fornecidos ao centro, os agentes apenas refletem o discurso disseminado pela Prefeitura.**

A temática da coleta domiciliar também foi bastante abordada pela Prefeitura através do seu *site*. O conteúdo destaca que a Prefeitura tem realizado muitas ações voltadas à conscientização da população “*no trato com o lixo urbano, entretanto apesar da coleta de lixo estar sendo realizada regularmente, alguns moradores têm colocado lixo para fora das casas em horários diferentes, antes ou depois do caminhão já ter passado, contribuindo para que a rua ou o bairro não permaneçam limpos”. Nesse sentido, alguns bairros foram considerados “*locais mais críticos: Morada do Sol, São José, São Vicente, Paroquial, Malvinas, Canto da Várzea, Catavento, DNER, Centro, Ipueiras, Junco e Parque de Exposição”.* Buscando*

encontrar uma solução para o problema, a Prefeitura lançou a “*Campanha Lixo na Porta, só no dia da Coleta, Fique de Consciência Limpa, Lugar de Lixo é no Lixo*” (Anexo a) (**Prefeitura de Picos, matéria 24 jun. 2016**).

O discurso adotado pela Prefeitura assume novamente um papel político, dessa vez voltado a enaltecer os elementos institucionais da gestão. A fala atua também em “resposta” à ineficiência da coleta domiciliar, os léxicos em sublinhados deixam explícito que a Prefeitura se justifica e ao mesmo tempo atribui a um personagem discursivo (os moradores) a responsabilidade pelas lacunas no serviço. É enfatizado que a Prefeitura está realizando seu papel, contudo necessita se utilizar de outros instrumentos, “campanha”, a fim de conscientizar a população a contribuir. No discurso são apontados bairros em que a situação é tida como “crítica”, observamos que a maioria deles se configuram como bairros de classe média baixa ou até mesmo periféricos que não recebem o mesmo serviço destinado ao centro.

Ao solicitarmos informações sobre a coleta seletiva compreendemos o motivo do silenciamento da Prefeitura a seu respeito. Picos não possui instalações para realizar o manejo de RSU, contudo a coleta seletiva já foi realizada em 2013 através de um projeto da SEMAM que consistia em “*alugar um caminhão, fazer um trabalho educativo e contratar servidores próprios pra coleta seletiva, porém esse projeto parou por falta de recursos*” (**Secretário da SEMAM**). O discurso demonstra implicitamente que a Prefeitura deixou de ter acesso aos recursos da coleta seletiva por não possuir um planejamento ambiental. Segundo a PNRS (2010) e a PNS (2007), o município que não elaborar o PMSB e/ou PMGIRS perderá o acesso aos recursos destinados ao serviço público de limpeza urbana e manejo de RSU.

Os léxicos em sublinhados revelam que a SEMAM realizava as atribuições estratégicas e operacionais da coleta seletiva, apontando assim a ineficiência da estrutura organizacional das secretarias. A princípio, constatamos que não existe uma boa comunicação entre os órgãos municipais que realizam o saneamento, pois “*os secretários deveriam conversar mais, ser mais decisivos*” (**Secretário da SEMAM**). Além disso, não existe uma integração no desenvolvimento das atividades de saneamento, uma vez que a SSP é responsável apenas pela “*coleta do lixo comum, a [coleta] seletiva é do interesse lá do meio ambiente [SEMAM]*” (**Secretário da SSP**). Góes (2011) esclarece que os municípios padecem para realizar as atividades de saneamento por falta de planejamento estratégico. O termo “lixo comum” adotado pelo secretário da SSP revela ainda explicitamente, a falta de conhecimento do gestor a respeito das concepções adotadas pela PNRS, uma vez que ele classifica todo o material coletado pela SSP como rejeitos (lixo).

Em relação à destinação ambientalmente adequados dos resíduos, constatamos que até 2012 Picos possuía “*um modelo mais arcaico onde o material era levado para o bairro Altamira, antigo lixão e queimado todos os dias. O local [lixão] foi embargado, após a inauguração do novo aterro*” (**Secretário da SEMAM**). O secretário informou com a mudança a cidade passou a adotar “*um modelo intermediário, onde o material é colocado em valas, compactado e depois enterrado*”. As características do local de destinação dos rejeitos apontadas no discurso revelam que Picos possui um aterro controlado. Silva e Alves (2016) relatam que apesar de ainda permitidos os aterros controlados podem causar sérios problemas de contaminação do solo e lenções d’água, e consequente danos ao bem-estar da população. Do mesmo modo, Picos ainda não se encontra adequado às diretrizes da PNRS, portanto a Prefeitura deve regularizar a situação até julho de 2020 (PL Nº 425, 2015).

Buscamos então entender como funciona a gestão do aterro, em que o Secretário da SEMAM informou que sua secretaria é responsável apenas por “*licenciar e fiscalizar o local*”, cabendo à SSP, a responsabilidade pelo gerenciamento. Desde de 2015 a SSP optou por terceirizar essa atividade, com isso “*quem administra o aterro é uma empresa [Eco Resíduos], a secretaria [SSP] faz apenas a coleta, leva até o aterro e faz o despejo*” (**Secretário da SSP**). Além disso, o secretário informou que a SSP também “*fiscaliza o local pra ver se ela [Eco*

Resíduos] está fazendo o trabalho correto no solo". Nos léxicos "fiscaliza" e "trabalho correto no solo" o pensamento ideológico da Prefeitura enquanto Estado é refletido pelo secretário que reitera as ações da SSP para evitar danos à população. Entretanto, os trechos revelam contradições no discurso, uma vez que a cidade não possui o modelo correto para disposição dos resíduos, portanto não são utilizadas técnicas adequadas para evitar a contaminação do solo.

A temática do aterro picoense também foi abordada pela Prefeitura através do *site*. O conteúdo destaca que "*houve melhora considerável se comparado ao estágio de anos atrás. Quando a Eco Resíduos chegou a Picos, os catadores vivam dentro do aterro em condições sub-humanas, por isso foi realizado o treinamento com os catadores e disponibilizado equipamentos de proteção individual para que trabalhassem na legalidade*" (**Prefeitura de Picos, matéria 16 dez. 2016**).

O discurso torna explícita a ideia de evolução dos aspectos ambientais da cidade fazendo um comparativo sobre o período antes e depois à construção do aterro. Os léxicos sublinhados demonstram que a Prefeitura se utiliza de dois personagens discursivos para representar a sua fala: a Eco Resíduos figura representativa das ações municipais é exaltada por meio de suas medidas de auxílio aos catadores, enquanto estes são retratados como sujeitos marginalizados que atuam na ilegalidade, típicos "subcidadãos". Souza (2009) afirma que aos indivíduos marginalizados é atribuída a mesma capacidade de mecanismos sociais dos demais cidadãos, com isso a miséria atribuída a esses sujeitos é tida como mero acaso do destino, que pode ser facilmente revertida pela ajuda passageira do Estado. Pereira Neto (2011) e PNRS (2010) complementam que o município é responsável por integrar os catadores ao seu processo de gestão dos resíduos, os fornecendo não apenas as condições laborais, mas também financeira e social para executar seu trabalho.

No que se refere à estrutura organizacional, o Secretário da SSP informou que a parte administrativa de sua secretaria é composta pelo "*secretário e coordenadores*". Além disso, para realizar a operacionalização do serviço existe "*em torno de 96 garis que fazem a limpeza da cidade, cada equipe de garis possui o fiscal de equipe responsável por coordenar e visitar a equipe*". O discurso revela explicitamente que a cidade possui um número pequeno de agentes de limpeza. Segundo o Secretário da SEMAM "*sempre que há concursos a procura por esses cargos é muito baixa*", portanto a equipe de agentes é formada "*em parte por concursados e outra parte contratados*" (**Secretário da SSP**). Souza (2009) esclarece que a maioria da população não quer ocupar funções tidas como típicas da "ralé", pois essas atividades não possuem o mesmo status social de outras profissões.

O Secretário da SSP informou que as equipes de agentes de limpeza são divididas de acordo com as funções, horários e locais de atuação, sendo elas: "*a equipe da capina, da varrição, da coleta do lixo e das galerias*". Com exceção dos agentes do coletor que iniciam suas atividades às 4h da manhã todos os demais agentes "*começa nos bairro de 7h às 11h, depois de 4h às 5h, ai vai limpar a feira e quando termina tá liberado*" (**E2**). Em relação ao maquinário, a SSP conta com cinco caminhões compactadores utilizados na coleta, enquanto os demais (retroescavadeiras, caçambas, etc) são obtidos através de "*parceria com outras secretarias municipais*" (**Secretário da SSP**).

As atividades realizadas pela SSP foram constantemente divulgadas pelo *site* da Prefeitura, um dos percursos semânticos mais adotados pelas matérias foram os mutirões de limpeza (Anexo b) organizados pela SSP. Nos discursos a Prefeitura destaca que "*a limpeza pública nas ruas da cidade é uma das prioridades da administração, por isso trabalha diuturnamente para cumprir esse compromisso*". Seu maior objetivo é atender aos desejos da população que "*aguarda por esse trabalho há muito tempo e permanece alegre e esperançosa quando as equipes limpam os locais*". Contudo, para que possa garantir a maior eficiência do serviço solicita a todos que "*façam sua parte cuidando do seu lixo, a fim de não criar problemas*

de alagamentos em períodos de chuva, focos de dengue, bem como manter a cidade bonita” (Prefeitura de Picos, matéria 15 jun. 2015; 07 out. 2015; 18 jan. 2016).

Os discursos revelam explicitamente que a Prefeitura utiliza os serviços da SSP como forma de promover à gestão municipal, nos léxicos “prioridade” e “diuturnamente” ela expressa seu compromisso para com a população, deixando implícito que a gestão trabalha incansavelmente. A Prefeitura busca também fortalecer o vínculo entre o poder público municipal e a população, uma vez que apresenta a limpeza pública como um dos benefícios “aguardados” pela população, sendo essa realidade concretizada através das ações da SSP. Observamos também que a Prefeitura compartilha a responsabilidade pela limpeza da cidade com a população, as expressões “alagamento” e “foco de dengue” são elementos negativos utilizados para combater ideologias contrárias ao discurso, enquanto “cidade ficar mais bonita” é utilizado para defender o seu posicionamento discursivo. Siqueira e Freitas (2004) afirmam que todo discurso tem uma intencionalidade de persuasão, portanto o posicionamento adotado pela Prefeitura pode ser visto como estratégico voltado a convencer a população sobre a eficiência da gestão municipal.

5.2 As condições de trabalho dos agentes de limpeza

Neste capítulo apresentamos os discursos sobre as condições de trabalho dos agentes de limpeza em Picos, onde o posicionamento discursivo adotado pela Prefeitura torna explícito o seu cumprimento quanto aos requisitos legais que permitem a segurança dos agentes, bem como a importância atribuída por ela aos seus funcionários. Em contraposição os agentes de limpeza adotaram como percurso semântico discursivo, as condições de trabalho precárias a que são submetidos em suas atividades laborais e os riscos provocados pela fragilidade dessas condições.

Com base nos questionamentos socioeconômicos realizados aos agentes de limpeza traçamos o perfil predominante dos entrevistados, ilustrado no Quadro 2:

Quadro 2 – Perfil predominante dos agentes de limpeza entrevistados

SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	RENDA FAMILIAR	RESIDÊNCIA	ETNIA	TOTAL ENTREV.
Feminino	Entre 37-50 anos	Sem Alfabetização/ Fund. Incompleto	Entre 1 e 2 salários mínimos	Zonas Periféricas	Negra/ Mulato	03
Masculino	Entre 27-53 anos	Fund. Incompleto	Entre 1 e 2 salários mínimos	Zonas Periféricas	Mulato/ Negro	07

Fonte: O autor (2017).

Partindo das concepções de Motta (2013), Souza (2009) e Villaça (2001) identificamos dentro do perfil dos agentes entrevistados (Apêndice f) a existência de padrões étnicos das classes que historicamente foram encarregadas pela execução do serviço de limpeza urbana. Observamos também que os agentes possuem traços econômicos e de conhecimento escolar pertinentes à miséria absoluta, típica dos “subcidadãos”. Além disso, percebemos que as condições socioeconômicas desfavoráveis condicionam os entrevistados a estabelecer em suas moradias em bairros com alto índice de desigualdade social.

Desse modo, ao questionarmos os agentes sobre os motivos que os levaram a optar por essa profissão descobrimos que foi “*a falta de serviço, todo mundo precisa trabalhar pra botar umas coisinha dentro de casa*” (E4). Contudo, mesmo empregados os agentes ainda apresentam condições socioeconômicas fragilizadas que os obrigam a “*arrumar uns bico por fora*” (E8). Portanto, constatamos que a escolha desses indivíduos por se tornarem agentes de limpeza pública está baseada no contexto de desigualdade social vivenciado por eles, nesse

cenário o trabalho é tido por esses indivíduos como o mecanismo simbólico capaz romper os padrões de miséria pertencentes a sua realidade.

Buscamos informações com o Secretário da SSP sobre a remuneração dos agentes e, com isso, fomos informados que *“todos eles recebem um salário mínimo, mas como trabalham em área de risco recebem insalubridade e quem trabalha a noite recebe também adicional noturno, então todos são bem remunerados”*. O secretário deixa explícito que todos os agentes recebem a mesma remuneração dadas as condições de trabalho. Ele reconhece as dificuldades enfrentadas por eles, mas ressalta que o salário dos agentes condiz com a realidade do trabalho. Constatamos no edital do último concurso da Prefeitura (Anexo c) que a remuneração do fiscal é superior à do agente de limpeza. Carrieri (2007) esclarece que nas relações sociais a remuneração é estabelecida através do status social produzido pelo trabalho. Então questionamos aos agentes sobre os requisitos que os diferenciam dos fiscais e compreendemos que *“normalmente os fiscal tem mais estudo do que os gari” (E8)*. O discurso reitera que o perfil socioeconômico desfavorável desses indivíduos é responsável por condicioná-los a atividades economicamente inferiores.

No que consiste à metodologia de trabalho adotada no serviço, o Secretário da SSP informou que *“é feito mensalmente um treinamento pra saber manusear o lixo e o coletor, existe também palestras; e fiscalização para que eles [agentes de limpeza] possa realizar uma coleta melhor e com mais responsabilidade”*. Ainda segundo ele, todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) são *“fornecidos pela secretaria, sendo também passadas informações para todos [agentes] sobre o uso dos equipamentos de forma a coloca-los na rua com segurança para não acontecer nenhum acidente”*. No discurso, o secretário evidencia explicitamente que são utilizados mecanismos de capacitação dos agentes, bem como equipamentos de proteção. Os termos “responsabilidade” e “segurança” são adotados para enfatizar a preocupação da SSP com a saúde e segurança de seus funcionários.

Entretanto, ao indagarmos os agentes sobre sua participação em treinamentos fomos informados que eles não receberam *“esse negócio de treinamento não, só falaram [na SSP] que o nosso sistema era varrer, então era pra fazer a limpeza da rua igualmente faz em casa” (E1)*. Os agentes coletores realizaram apenas *“uns testes no coletor pra se adaptar com o cheiro do lixo e com a correria da coleta, mas a maioria foi na prática mesmo” (E3)*. Os únicos que receberam orientação foram os fiscais que participaram de *“um treinamentozinho com o coordenador da garagem, depois ficaram responsáveis pra repassar pros gari” (Fiscal)*. Em relação aos equipamentos, segundo eles *“no começo deram farda, bota, luva, essas coisas, mas agora vai fazer quase um ano que não deram mais” (E5)*. Os agentes apontaram ainda que o principal problema é o fardamento (Apêndice g), uma vez que eles *“não têm mais camisa, calça e nem nada é preciso usar as próprias roupa. O pessoal trabalha a noite também, carece daquelas farda com iluminação as vezes é comum vim carro por traz da gente e sem a farda é muito perigoso” (E8)*.

Os discursos dos agentes contradizem explicitamente o secretário, observamos que à SSP caracteriza como simples as atividades dos agentes, com isso ignora a necessidade de treinamento das equipes. Para Carrieri (2007) é comum haver uma desvalorização das “subcategorias” de trabalho, pois socialmente são destinadas às pessoas desprovidas de conhecimentos especializados. Os léxicos sublinhados evidenciam ainda que são os próprios agentes se preocupam com os riscos à sua saúde e segurança, à medida que apenas eles evidenciam os perigos cotidianamente enfrentados em suas atividades. Para Walsh (2011) o discurso permite materializar a realidade cotidiana do seu interlocutor.

Percebidas as preocupações dos agentes, os indagamos se em algum momento haviam adquirido problemas de saúde ocasionados por acidentes de trabalho ou pela insalubridade dos resíduos. A maioria informou que não, contudo conhecem *“muitas pessoas que já se acidentou, teve um concursado que quebrou as duas pernas porque estava sem farda, ele foi passar pro”*

outro lado da rua, o cara vinha e bateu nele de moto” (E9). Outro caso relatado foi que “várias mulheres sente dor na coluna, os fiscal botaram elas como carrinzeiras, disseram que elas estavam matando tempo nas esquinas” (E8). Um dos agentes disse já ter sido “vítima de bactéria de lixo” (E4). Os léxicos sublinhados evidenciam que a negligência da Prefeitura em relação ao fornecimento de equipamentos de proteção e de treinamento para manuseio dos resíduos propiciaram o acontecimento dos acidentes. Com base na perspectiva de Siqueira e Freitas (2004) observamos que a relação de poder entre a Prefeitura e os agentes se configura como autoritária.

A temática da saúde e segurança dos agentes foi evidenciada também no site da Prefeitura, o conteúdo destaca que *“preocupada com a saúde dos trabalhadores que atuam na área da limpeza pública, a Prefeitura disponibilizou exames para os garis e coletores de lixo. O objetivo da atividade é realizar o monitoramento da saúde dos servidores, ajudando no seu bem-estar”*. Além disso, costumeiramente a Prefeitura busca motivar os seus funcionários e, por isso todo ano *“presta homenagem aos garis no seu dia, reunindo-os com secretários e o prefeito para um café da manhã” (Prefeitura de Picos, matéria 15 mar. 2016; 16 mai. 2016)*. Nos léxicos sublinhados a Prefeitura reitera sua preocupação com os agentes enfatizando o trabalho de prevenção à saúde e segurança realizado com eles. Observamos também que a Prefeitura adota uma postura de proximidade com os agentes (Anexo d), evidenciando uma relação homogênea entre autoridades municipais (secretários e prefeito) e os agentes.

Observamos que os riscos à saúde e segurança dos agentes contratados são ainda maiores, uma vez que internamente eles são condicionados a uma dinâmica de segregação em relação aos concursados. Fomos informados que os concursados recebem *“celebridade [adicional de insalubridade], férias, décimo terceiro, mas quem é contratado não recebe” (E4)*. Além disso, os contratados trabalham *“nos sábados, nos feriados e os concursados não, eles trabalha só até sexta, então quando eles não vem os contratado tem que cobrir” (E8)*. Desse modo, na visão dos contratados *“os concursados têm prioridades” (E1)*. Os discursos evidenciam que os agentes contratados se configuram como uma espécie de “subgrupo” entre agentes, onde a esses indivíduos são negados inúmeros direitos fundamentais, o que torna sua situação ainda mais precária. A lei determina que independente do vínculo contratual, todos os agentes coletores devem receber o adicional de insalubridade, podendo esse direito ser estendido aos garis da varrição caso a justiça determine (PL Nº 3.184, 2012).

O Secretário da SEMAM confirmou que o vínculo dos contratados é *“precário infelizmente. O município não poderia ter contratado eles sem concurso público e nem eles poderiam estar trabalhando sem concurso, então quando vão pra justiça, algum deles pleiteando direitos, a prefeitura é obrigada a pagar apenas parte dos direitos que ele teria em tese. Entretanto, isso é reflexo da necessidade que o município possui de contratar agentes, já que não há provimento via concurso”*. Os agentes acrescentaram ainda que em 2017 *“até o momento o contrato não foi renovado, estão trabalhando pode se dizer solto, então na hora que quiserem despedir o pessoal não tem como fazer nada” (E9)*.

Observamos que o secretário reflete o discurso dos agentes, contudo estabelece o seu próprio posicionamento sobre a situação, desse modo apesar de reconhecer explicitamente o contexto precário vivenciado pelos agentes contratados, ele ressalta que o problema está fora do alcance da Prefeitura. Observamos também que secretário compartilha a responsabilidade pela precarização com o próprio agente, que segundo ele não poderia estar trabalhando sem ter sido aprovado no concurso, o que em última análise, se configura como uma boa ação da Prefeitura, concedê-lo uma oportunidade de emprego. A fala do agente evidencia sua fragilidade na relação com a Prefeitura. Ambos os discurso materializam o contexto distinto vivenciado por seus interlocutores, acentuando o posicionamento dos sujeitos na relação de poder (SIQUEIRA; FREITAS, 2004).

Os agentes apontam ainda outras complicações pertinentes a profissão, dentre elas a dificuldade de trabalhar “*no sol quente, as vezes tem que bota um pano na cara pra aguentar*” (E8) é comum também “*o pessoal pegar muita poeira*” (E2). Além disso, algumas vezes quando chegam na SSP para trabalhar “*não tem o material, mesmo assim os fiscais obrigam todo mundo a trabalhar e fazer a coleta sem luva*” (E9). Conforme destaca Araújo Júnior (2009) diariamente o gari é exposto a uma dinâmica laboral repleta de insalubridade e condições ambientais adversas, contudo os léxicos sublinhados destacam explicitamente que a Prefeitura é responsável por transformar esse ambiente já dificultoso em um espaço precário. Novamente, é possível observar a utilização de mecanismos autoritários por parte da Prefeitura evidenciado pelo trecho “os fiscais obrigam”.

Um elemento frequente adotado pelos agentes para evidenciar as dificuldades do trabalho foi o fato de ter “*diminuído bastante o número de garis*” (E7). Em menos de dois anos “*acabou um tanto de gente foi quase cem pessoas*” (E5). Essa situação ficou ainda mais evidente a partir de 2016 quando foram “*demitidos uns cinquenta e sete garis, ficou bem pouquinho pessoal*” (E9). Observamos que os agentes não sabem ao certo os motivos que ocasionaram as demissões foram apenas informados pela Prefeitura que “*foi uma promotora de justiça que mandou tirar, tinha muito gari e os novos concursado precisava entrar, mas não entrou ninguém ainda*” (E8). A falta de pessoal tem tornado ainda mais difícil o serviço, pois “*sobrecarrega o pessoal, teve muito muito pai de família botado pra fora, então os que ficaram tem que trabalhar por eles também*” (E5).

Os elementos que envolvem a temática das demissões foram abordados de duas maneiras distintas no site da Prefeitura, primeiramente foi evidenciado que “*Picos assim como todos os municípios brasileiros tem enfrentando dificuldade na gestão da máquina pública. Para equilibrar contas e permanecer dentro dos limites constitucionais e prudenciais, o prefeito tem exigido rigor no controle de gastos. Outra medida adotada foi a demissão de contratados, cerca de 400 servidores foram retirados da folha de pagamento*”; posteriormente foi enfatizado que “*os aprovados no concurso público da Prefeitura de Picos estão sendo empossados. São 127 novos servidores, que ocuparão vagas na educação, saúde e administrativo, áreas de grande importância para a continuidade da boa gestão*” (Prefeitura de Picos, matéria 13 jan. 2016; 05 jun. 2017; 08 mai. 2017).

Os discursos revelam que o teor negativo ocasionado pelas demissões foi explicitamente minimizado, a prefeitura se utiliza do personagem discursivo (prefeito), representante da autoridade máxima no município, para fornecer credibilidade ao discurso. Os léxicos evidenciam ainda o número elevado de novos servidores destacando a relevância dos cargos tidos como essenciais à gestão do município. Carrieri (2007) esclarece que o trabalho tido formal é valorizado mediante às “subcategorias” de trabalho, dessa forma observamos que não foi tratado como relevante à contratação de novos agentes de limpeza. Constatamos ainda que (15%) dos funcionários demitidos são da categoria de agentes de limpeza, em contrapartida foram convocados para nomeação através do concurso (Anexo e) apenas dois agentes. As consequências das demissões sobre a eficiência do serviço foram silenciadas no discurso.

Identificamos ainda que o preconceito por causa da profissão é outro elemento que afeta a rotina dos agentes, contudo fomos informados que normalmente “*não existem preconceito com os fiscais apenas com os garis. Muitos cidadãos passam depois da limpeza e nem vê o gari, apenas joga o lixo no chão na frente deles*” (Fiscal). Já houve casos também de o agente estar “*apanhando o lixo, alguém jogar uma sacola no chão e dizer: você tem obrigação de pegar, porque é o gari*” (E8). Contudo, os agentes ainda consideram que são mais valorizados pelas “*pessoas da rua mesmo os da garagem pode dizer que não dão valor*” (E9) independente do esforço que façam “*o secretário [da SSP] não dá valor ao serviço, diz apenas que: estão fazendo pouco, vamos produzir mais*” (E5). Apesar das dificuldades, muitos afirmam gostar de

“manter a limpeza da cidade né, pra todo mundo ver na hora que passar e muitos deles pensar: os gari faz isso” (E4).

Conforme destaca Costa (2004) os garis são integrantes do fenômeno de invisibilidade pública responsável por desenvolver em seu cotidiano uma violação simbólica e material. Os léxicos sublinhados evidenciam que os preconceitos sofridos pelos agentes refletem a desqualificação social de sua classe, fenômeno esse não compartilhado pelos membros de outra classe, os fiscais. Identificamos também que a condição dos agentes, enquanto ser-invisível, é atribuída hegemonicamente pela sociedade através de elementos simbólicos, enquanto a Prefeitura é responsável por legitimar o fenômeno através da violação de aspectos materiais. Observamos ainda que, inconscientemente os agentes buscam romper com o fenômeno da invisibilidade, com isso observam na própria valorização da profissão os mecanismos para serem vistos pela sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, partimos do objetivo de identificar os discursos dos atores relacionados ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU na cidade de Picos. Desse modo, apresentamos o serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU realizado em Picos, através da estrutura administrativa municipal responsável pelo processo, identificamos os discursos dos agentes de limpeza e de gestores municipais acerca do serviço e confrontamos os discursos desses atores investigados, a fim de identificar traços que convergem ou divergem da realidade adota no município.

Na elaboração desta pesquisa utilizamos os instrumentos: entrevistas, observação livre e registros fotográficos com dados primários; e pesquisa documental como fonte de dados secundários. Para as entrevistas foram selecionados de forma aleatória e por acessibilidade/disponibilidade dez agentes de limpeza, sendo: nove garis e um fiscal. Foram entrevistados também o secretário da SSP e o secretário da SEMAM atuante na gestão (2013-2016). Em relação à coleta documental, foram examinadas 21 reportagens publicadas pelo *site* oficial da Prefeitura de Picos. Os dados foram examinados por meio da AD, seguindo os pressupostos da vertente francesa.

Sobre a estrutura do serviço na cidade constatamos através da pesquisa que a cidade de Picos se encontra de forma irregular perante às diretrizes da PNS e PNRS. Essa realidade é ocasionada pela fragilidade da estrutura administrativa municipal responsável por desenvolver o serviço de limpeza pública. As secretarias não possuem um planejamento ambiental (PMSB e PMGIRS) que as permitam desenvolver de maneira eficiente suas atribuições. Uma das implicações ocasionadas pela falta de planejamento foi a perda do acesso aos recursos destinados a coleta seletiva; sem esse processo de separação dos resíduos é impossível que seja implantada na cidade a estrutura necessária para realizar o manejo de RSU. O município também não possui um modelo adequado para realizar a disposição final dos rejeitos, o aterro controlado existente na cidade foi adotado apenas como a forma mais rápida para resolver os antigos problemas com o lixo. Desse modo, existe um sério risco que futuramente a cidade possa adquirir novos problemas ambientais. Outro aspecto negativo ocasionado pela falta de planejamento é que o município se tornou incapaz de realizar a integração socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis, permitindo assim que haja o crescimento da desigualdade social na cidade.

Analisadas as lacunas na administração do serviço de limpeza públicas podemos salientar que, a Prefeitura não exerce de forma íntegra o seu dever de proteger o meio ambiente e a própria população contra possíveis problemas ambientais. O fato de não disponibilizar os serviços mínimos exigidos por lei inibi à população picoense de receber um serviço de saneamento que seja digno a atender às suas necessidades. Desse modo, é importante nos

indagarmos sobre até que ponto a falta de uma estrutura adequada do serviço de limpeza pode interferir na qualidade de vida dos picoenses, especialmente em localidades mais afastadas da cidade. Além disso, observamos que a administração pública municipal adota uma posição passiva quanto à ineficiência do serviço, principalmente no que concerne à existência de inúmeros catadores que ainda atuam de forma marginalizada no aterro, fator esse que nos permite questionar o verdadeiro papel da Prefeitura perante esses indivíduos.

Apesar de ser realizado em todo o município, o serviço de limpeza não é disponibilizado de maneira igualitária à toda população. Tanto a coleta domiciliar, quanto os demais serviços são priorizados em zonas comerciais da cidade (centro); essa ação promovida de forma intencional pela Prefeitura torna precário o acesso ao serviço, por parte de moradores da zona rural e das zonas periféricas da cidade. Nesse sentido, ao discriminar o serviço de limpeza pública da cidade, a Prefeitura legitima o processo de segregação espacial urbana existente na dinâmica territorial da cidade. A segregação tende a enfraquecer as relações sociais, o contato com o diferente e a tolerância, com isso os indivíduos segregados pelas classes sociais passam a conviver em realidade distintas e se tornam menos receptivos a outras realidades, aumentando assim a violência entre esses indivíduos. Esse elemento, nos permite contestar a existência de uma relação entre a segregação espacial urbana de Picos e o aumento no índice de violência na cidade.

Identificamos que o serviço dos agentes de limpeza é precário, uma vez que diariamente esses sujeitos ficam expostos a uma dinâmica laboral repleta de riscos à saúde e segurança no trabalho. A atividade do agente por natureza é repleta de condições desfavoráveis, entretanto observamos que em Picos o que a torna precária são as ações da própria Prefeitura. Constatamos que a maioria dos casos de acidentes de trabalho envolvendo os agentes de limpeza foram indiretamente ocasionados pela Prefeitura que não disponibiliza para seus funcionários os equipamentos e as condições necessárias à execução de suas atividades. Nesse contexto surge ainda uma nova “subcategoria” de trabalhadores, os agentes contratados, que convivem em uma situação ainda mais precária em comparação aos agentes concursados. A Prefeitura também é responsável legitimar a exclusão social dos agentes contratados, uma vez que propicia sua distinção perante os demais trabalhadores. Podemos assim nos indagar se a Prefeitura adota mecanismos para promover a assistência desses indivíduos.

Observamos que são as condições socioeconômicas fragilizadas dos agentes, estabelecidas por padrões étnicos, econômicos e intelectuais característico de classes excluídas socialmente que os condicionam a permanecerem assujeitados à relação de poder autoritária com a Prefeitura. O agente de limpeza picoense também é afetado pelo fenômeno da invisibilidade pública/social, desse modo busca através do seu trabalho romper com a violação simbólica e material que o oprime. Podemos observar que a violação contra os agentes ocorre de diversos pontos, incluindo a sociedade, assim é possível salientarmos a necessidade de entender a representação social dos agentes em meio a sociedade.

É nesse contexto de desigualdades que surge o discurso institucional e político da Prefeitura, observamos que o serviço de limpeza se configura como um dos instrumentos mais utilizados na promoção da gestão pública municipal. Associado ao serviço se encontra a imagem socialmente desqualificada do agente, evidenciada constantemente pela Prefeitura através de suas ações voltadas à saúde, segurança e valorização desses indivíduos. Essa realidade demonstrada através do discurso institucional da Prefeitura é contrastada nos depoimentos dos agentes que em diversas ocasiões relatam a verdadeira realidade a que são submetidos. Constatamos também que a relação de poder entre a Prefeitura e os agentes é constantemente moldada através de discursos e medidas autoritárias que auxiliam a continuidade da hegemonia da Prefeitura sobre os agentes. Desse modo, podemos nos interrogar até que ponto o discurso evidenciado pela Prefeitura dificulta o reconhecimento dos agentes em

meio a sociedade e se ele, condiciona a inserção desses sujeitos no fenômeno de invisibilidade pública/social.

Destacamos como contribuições da pesquisa, o conhecimento sobre a gestão do serviço público de limpeza urbana e de manejo de RSU realizado em Picos; bem como sobre o posicionamento discursivo adotado pela Prefeitura a respeito do serviço. Além disso, através da pesquisa conseguimos materializar a realidade enfrentada pelo agente de limpeza picoense com base na sua própria ótica, podendo assim auxiliá-lo no combate ao fenômeno de invisibilidade pública/social. A agenda de pesquisas sobre a temática do discurso no âmbito das políticas ambientais e sociais pode ser ampliada por meio de estudos que explorem, a qualidade do serviço de saneamento oferecido em Picos, principalmente nas localidades mais afastadas da cidade; o papel da Prefeitura em relação a integração socioeconômica dos catadores de material reciclável e dos próprios agentes de limpeza; as relações entre a segregação espacial urbana de Picos e o índice de violência na cidade; a representação social dos catadores de material reciclável e dos agentes de limpeza perante a sociedade; e a influência do discurso da gestão municipal sobre o condicionamento dos agentes de limpeza, enquanto indivíduos integrantes do fenômeno de invisibilidade pública/social.

REFERENCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, F. M. As condições insalubres do trabalho realizado a céu aberto na região amazônica propiciadas pelas mudanças climáticas. **Revista de Direito Ambiental: Planeta Verde**, São Paulo, v. 55, n. 1, jan./mar., 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2015**. 13. ed. São Paulo: Abrelpe, 2015. (Relatório de pesquisa).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma Brasileira (10.004):** resíduos sólidos – classificação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **Norma Brasileira (15.849):** Resíduos sólidos urbanos – Aterros sanitários de pequeno porte – Diretrizes para localização, projeto, implantação, operação e encerramento. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

BONFIM, J. G. N.; GOMES, M. G. S.; PINHEIRO, W. F. **Da Coleta do Lixo ao Aterro Sanitário: Uma leitura do trabalho dos garis-coletores de Picos-PI à luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. 2014. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 jan. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Presidência da República. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm >. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Presidência da República. Projeto de Lei nº 425, de 1 de julho 2015. Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Diários do Senado Federal**, Brasília, DF, 02 jul. 2015. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4009890&disposition=inline>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Presidência da República. Projeto de Lei nº 3.184, de 9 de dezembro 2012. Cria a profissão de coletor de lixo urbano e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 09 dez. 2012. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/966543.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **SciELO**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez., 2006.

CARRIERI, A. P. **Transformações identitárias e estratégicas na mudança do espaço físico e simbólico**: de gestores familiares da economia informal a lojistas de Shoppings Populares. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 103p. Relatório final de projeto de pesquisa financiado pelo CNPQ.

CENTRO SEBRAE DE SUSTENTABILIDADE. **Guia prático para sustentabilidade nos pequenos negócios**: ferramentas para o desenvolvimento territorial e fomento à criação de negócios inovadores e sustentáveis. Cuiabá: Sebrae/MT, 2014. 128 p. (Manual).

COELHO, J. P. F.; RÊGO, M. S. S.; MOURA, F. F. **Um estudo acerca da percepção dos moradores afetados pela mudança do lixão, na cidade de Picos-PI, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2015. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2015.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis**: Relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. **SciELO**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 121-159, set./dez., 1998.

FIGARO, R. (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **SciELO**, São Paulo, s/v, n. 114, p. 197-223, 2001.

FREITAS, E. C. O discurso na Comunicação Organizacional: uma abordagem semiolinguística na inter-relação linguagem e trabalho. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.32, n.1, p. 189-208, jan./jun. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, C. K.; COELHO, A. L. A. L.; SERRANO, A. Elementos Epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. **SciELO**, Salvador, BA, v. 21, n. 70, p. 509-535, 2014.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **SciELO**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, 1995.

GÓES, H. C. Coleta seletiva, planejamento municipal e a gestão de resíduos sólidos urbanos em Macapá/AP. **Planeta Amazônia**, Macapá, AP, n. 3, p. 45-60, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Cartilha de limpeza urbana**. Rio de Janeiro: IBAM, 2014, 32 p. (Cartilha).

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **SciELO**, São Paulo, v. 25, n.71, p. 1-24, jan./abr., 2011.

LAGO, A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2006.

LIBANO, A. M.; CRUZ JÚNIOR, C. A.; SANTOS, M. C. **Consumo, coleta seletiva e destinação final dos resíduos de papel**. Brasília: UniCEUB, 2011, 24 p. (Cartilha).

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano nacional de resíduos sólidos**: versão preliminar para consulta pública. Brasília: MMA, 2011. Apoio: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19, jul./set., 2001.

MOTTA, G. M. V. **As condições de trabalho do gari de varrição e as implicações do contexto institucional**. Belo Horizonte, 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MOURA, J. A.; NASCIMENTO, M. M.; LIMA, M. L. **Qualidade de vida no trabalho**: uma análise dos fatores ergonômicos no nível de desempenho dos garis na cidade de Picos-PI. 2013. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2013.

ORLANDI, E. L. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PASSOS, P. N. C. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Paraná, v. 6, n. 6, jul./dez, 2009.

PERDIGÃO, D. A.; CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da prefeitura de belo horizonte. **Perspectivas Contemporâneas**, Campo Mourão, PR, v. 9, n. 1, p. 43-58, jan./jun., 2014.

PEREIRA NETO, T. J. A Política Nacional de Resíduos Sólidos: os reflexos nas cooperativas de catadores e a logística reversa. **Diálogo**, Canoas, RS, v. 18, n. 1, p. 77-96, jan./jun., 2011.

PREFEITURA DE PICOS. Aprovados no concurso da Prefeitura são empossados. 5 jun. 2017. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/rotativos/aprovados-no-concurso-da-prefeitura-sao-empossados/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Bairro Paraibinha e povoado Fátima do Piauí recebem mutirão de limpeza. 7 out. 2015. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/geral/bairro-paraibinha-e-povoado-fatima-do-piaui-recebem-mutirao-de-limpeza/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Eco-Resíduos discute situação do Aterro Sanitário de Picos em reunião do COMAM. 16 dez. 2016. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/rotativos/eco-residuos-discute-situacao-do-aterro-sanitario-de-picos-em-reuniao-do-comam/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Garis de Picos participam de ação de saúde. 15 mar. 2016. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/secretarias/garis-de-picos-participam-de-acao-de-saude/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Prefeito acompanha equipes de limpeza no primeiro dia de administração. 15 jun. 2015. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/secretarias/servicos-publicos/prefeito-acompanha-equipes-de-limpeza-no-primeiro-dia-de-administracao/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Prefeitura de Picos convoca novos concursados. 8 mai. 2017. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/secretarias/administracao/prefeitura-de-picos-convoca-novos-concursados/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Prefeitura de Picos presta homenagem aos Garis no seu dia. 16 mai. 2016. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/rotativos/prefeitura-de-picos-presta-homenagem-aos-garis-no-seu-dia/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Prefeitura Municipal de Picos realiza mutirão de limpeza e conscientização nos bairros. In: Prefeitura de Picos. 24 jun. 2016. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/rotativos/prefeitura-municipal-de-picos-realiza-mutirao-de-limpeza-e-conscientizacao-nos-bairros/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Prefeitura realiza mutirão de limpeza no centro e nos bairros. 18 jan. 2016. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/sem-categoria/prefeitura-realiza-mutirao-de-limpeza-no-centro-e-nos-bairros/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Queda de receitas leva gestão a adequar folha de pagamento aos limites prudenciais da LRF. 13 jan. 2016. **Matéria institucional**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br/rotativos/queda-de-receitas-leva-gestao-a-adequar-folha-de-pagamento-aos-limites-prudenciais-da-lrf/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Secretarias. In: Prefeitura de Picos. 2017. **Informações administrativas**. Disponível em: <<http://www.picos.pi.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

SALLES, M. J.; MACHADO, J. M. H. **Política nacional de saneamento: percorrendo caminhos em busca da universalização**. 2008. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, G. O.; SILVA, L. F. F. Há dignidade no trabalho com o lixo? Considerações sobre o olhar do trabalhador. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 689-716, jun., 2009.

SEGNINI, L. R. P. Relações sociais no trabalho e subjetividade do trabalhador. **RAE – Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 124-125, jul./set., 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sustentabilidade nos pequenos negócios: gestão de resíduos sólidos**. 2 ed. Cuiabá: Sebrae, 2015, 36p. (Série de cartilhas, com 08 volumes).

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, K. T; ALVES, M. C. M. **Projeto de um aterro sanitário de pequeno porte**. Rio de Janeiro, 2016. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SIQUEIRA, M. V. S.; FREITAS, M. E. **O discurso organizacional em recursos humanos e a subjetividade do indivíduo – uma análise crítica**. 2004. 251 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, M. M. P.; FARIA, A. A. M. As diferentes culturas intraorganizacionais: uma análise do discurso dos jornais da ECT. In: XXIX Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WALSH, B. A noção de discurso na AD Pecheutiana e na ACD de Fairclough e implicações nos diferentes modos de análise. **Raído**, Dourados, MS, v. 5, n. 9, p. 9-23, jan./jun. 2011.

ANEXO A – BANNER DA CAMPANHA REALIZADA PELA PREFEITURA SOBRE A COLETA DOMICILIAR



Fonte: Prefeitura de Picos (2017).

ANEXO B – MUTIRÕES DE LIMPEZA – PREFEITO ACOMPANHADO AS EQUIPES NAS RUAS



Fonte: Prefeitura de Picos (matéria 15 jun. 2015).

ANEXO C – EDITAL 001/2015 DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS – PI

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS
CNPJ Nº: 06.553.804/0001-02
INSTITUTO MACHADO DE ASSIS
Seriedade, compromisso e competência.



130	Fiscal de Serviços Públicos	40H	R\$1.136,16	R\$70,00	Ensino Médio Completo	04
131	Fisioterapeuta NASF	30H	R\$2.400,00	R\$ 100,00	Ensino Superior Completo em Fisioterapia e Registro no Conselho de Classe Competente	05 + 01 PNE
132	Fonoaudiólogo	20H	R\$1.200,00	R\$ 100,00	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia e Registro no Conselho de Classe Competente	01
133	Fonoaudiólogo NASF	40H	R\$2.400,00	R\$ 100,00	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia e Registro no Conselho de Classe Competente	03
134	Gari	40H	R\$788,00	R\$40,00	Ensino Fundamental Incompleto	42 + 03 PNE
135	Guarda Municipal de Trânsito	40H	R\$849,87	R\$70,00	Ensino Médio Completo	03
136	Jardineiro	40H	R\$788,00	R\$40,00	Ensino Fundamental Incompleto	04 + 01 PNE
137	Jornalista	30h	R\$1.303,13	R\$100,00	Ensino Superior Completo em Jornalismo ou em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo	01
138	Mecânico	40H	R\$804,54	R\$40,00	Ensino Fundamental Incompleto	01
139	Médico Auditor	20H	R\$3.200,00	R\$ 100,00	Ensino Superior Completo em Medicina e Registro no Conselho de Classe Competente	01

**ANEXO D – PREFEITO, SECRETÁRIOS E AGENTES DE LIMPEZA EM
CONFRATERNIZAÇÃO AO DIA DO GARI**



Fonte: Prefeitura de Picos (matéria 15 mar. 2016).

**ANEXO E – DECRETO DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DOS
SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS: CONCURSO,
EDITAL 001/2015**



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS
Rua Marcos Parente, 155, Centro- CEP.64.600-106
CNPJ:06.553.804/0001-02
Tels. (89) 3415-4215/ 4217
www.picos.pi.gov.br



RELAÇÃO NOMINAL DE ELETRICISTA

RENNAN FRANCISCO BARBOSA COSTA
MAGNUM CARDOSO ARAÚJO

RELAÇÃO NOMINAL DE GARI

LUIS JOSE DA LUZ
JOSÉ MIKAIL DE SOUSA BARROS

RELAÇÃO NOMINAL DE JARDINEIRO

LUIZ FELIPE LEAL REGO
LINDEBERG VASCO DA SILVA

RELAÇÃO NOMINAL DE MOTORISTA "D"

LUIS ESPEDITO SENA
DAMIÃO ANTENOR DE SOUSA
BRUNO SANTANA DE SA
THIAGO ALEXSANDRO DE SOUSA
GILBERTO DE ARAUJO JUNIOR
FRANCISCO JOÃO DA COSTA MOURA

RELAÇÃO NOMINAL DE OPERADOR DE MÁQUINAS TRATORISTAS

CLEIDIMAR GUEDES DE SOUSA

RELAÇÃO NOMINAL DE PEDREIRO

GESIVAN OLIVEIRA LEAL

RELAÇÃO NOMINAL DE VIGIA

LEONARDO DE MOURA SANTOS
IGO GOMES DE ARAÚJO FEITOSA
RENE CLEMENTINO GONÇALVES DE MOURA
WELLINGTON HENRIQUE DA SILVA BERNARDES
ROMÁRIO DE SALES RODRIGUES
CARLOS AUGUSTO DA SILVA
MICHAEL SOUZA FERNANDES
JOAQUIM FONTES DE AGUIAR BISNETO
FABIANO DE SOUSA BARROS
KEDISON JOSE MELO DA PAZ
ISMAEL DE OLIVEIRA RODRIGUES

**APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO ELABORADO PARA
ENTREVISTAS JUNTO AO REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE MEIO
AMBEINTE (SEMAM) E SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS (SSP)**

Quadro socioeconômico:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Cargo que desempenha:

Tempo de ocupação do cargo:

Cidade onde reside/bairro:

Sobre as atividades do representante e o envolvimento da prefeitura com o processo de limpeza e coleta seletiva:

- Quais as atribuições do cargo e da secretaria?
- Existe algum tipo de mapeamento sobre as áreas da cidade que irão receber esses serviços?
- De que maneira são escolhidos e organizados os profissionais responsáveis pela execução da limpeza urbana?
- Essas pessoas possuem vínculo formal de trabalho com a prefeitura?
- Qual o número de trabalhadores cadastrados atualmente? Faixa etária? Gênero?
- Remuneração (salário, contribuições, aditivos, etc.)
- Eles recebem algum tipo de treinamento e material para desempenhar as atividades?
- A prefeitura desenvolve algum tipo de atividade relacionada com a coleta seletiva?
- Como funciona o processo de coleta e qual o destino dos materiais?
- Quem administra esse processo? Caso seja alguma cooperativa ou indústria, de que forma foi escolhida?
- A prefeitura possui algum tipo de mapeamento dos dados socioeconômico e de doenças ou acidentes de trabalho, ocasionados nessas atividades?
- Qual o papel da prefeitura perante a realidade desses indivíduos?

APÊNDICE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO ELABORADO PARA ENTREVISTA JUNTO AOS AGENTES DE LIMPEZA

Quadro socioeconômico

- Nome
- Idade
- Sexo
- Profissão
- Cidade onde reside/bairro
- Estado Civil (Caso possua cônjuge, ele ou ela trabalha e em que?)
- Escolaridade
- Possui Filhos? (Caso sim, quantos? Estudam e/ou trabalham?)

Sobre as atividades dos garis:

- Você desenvolve alguma atividade para a prefeitura municipal de Picos? Caso sim, há quanto tempo?
- Você possui carteira assinada ou algum outro tipo de vínculo? Como iniciou o seu vínculo com a prefeitura?
- Conte como é sua rotina de trabalho (localização, qual período, quais atividades desempenha)
- Como são definidas as suas atividades? O trabalho é individual ou coletivo?
- Você recebe algum tipo de orientação e material para trabalhar? Caso sim, qual?
- Você possui algum tipo de remuneração (benefícios, férias, 13º terceiro)?
- Quantas pessoas contribuem para a renda da sua casa? Você se considera satisfeito com sua renda?
- Desenvolve alguma atividade extra?
- Para onde é destinado o material coletado por você?
- Você já adquiriu ou conhece alguém que tenha problemas de saúde ocasionados pela atividade de coleta?
- Você já presenciou ou conhece alguém que tenha visto algum acidente de trabalho, ocasionados pela atividade de coleta?
- Quais as principais dificuldades dessa atividade?
- O que essa atividade representa para você?
- Você já sofreu algum tipo de preconceito em relação a sua profissão?

APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

CLASS.	NOMENCLATURA	DEFINIÇÃO	RESPON.
Origem	Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	Resíduos: Domiciliares (orgânicos, recicláveis e não recicláveis/rejeitos); De estabelecimentos comerciais/serviço; Do Serviço Público de Saneamento (tratamento de água, canalização e tratamento de esgotos, limpeza de ruas).	Município
	Resíduos Sólidos Industriais (RSI) ⁷	Gerado de processos e/ou instalação industrial.	Gerador
	Resíduos da Construção Civil (RSC) ⁷	Gerado na construção, reforma, reparo, demolição e escavação de terrenos na obra civil.	Gerador
	Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)	Gerados no serviço de saúde.	Gerador
	Resíduos Agrossilvopastoris	Gerados nas atividades da agropecuária e silvicultura, incluindo seus insumos.	Gerador
	Resíduos de Serviços de Transportes	Originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodovias, ferrovias e passagens de fronteira.	Gerador
	Resíduos de Mineração	Gerados nas atividades de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios.	Gerador
Periculosidade	Resíduos Perigosos (Classe I)	Possuem características nocivas. Devem ser destinados a aterros especiais ou queimados em incineradores específicos para esse fim.	Gerador
	Resíduos Não Inertes (Classe II)	Materiais ferrosos e não-ferrosos com característica do resíduo doméstico.	Gerador
	Resíduos Inertes (Classe II)	Não se decompõe ao serem dispostos no solo, como os da construção civil.	Gerador

Fonte: Adaptado de Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS, 2014); Jacobi e Besen (2011); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2015).

⁷ O município é corresponsável por pequenas quantidades. A quantidade máxima de resíduo varia de acordo com a legislação local.

APÊNDICE D – COLETA DOMICILIAR NA ZONA URBANA DE PICOS



Fonte: O autor (2017).

APÊNDICE E – COLETA DOMICILIAR NA ZONA RURAL E PERIFÉRICA DE PICOS



Fonte: O autor (2017).

APÊNDICE F – PERFIL DOS AGENTES DE LIMPEZA



Fonte: O autor (2017).

APÊNDICE G – AGENTES DE LIMPEZA SEM EPI'S



Fonte: O autor (2017).



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- Tese
 Dissertação
 Monografia
 Artigo

Eu, PAULO ISRAEL LEAL DA COSTA,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA
URBANA E DE MANEJO DE RSU EM PICOS
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 25 de JULHO de 2017.

Paulo Israel Leal da Costa
Assinatura

Assinatura